

RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003

em vigor a partir de 1º de março de 2004

**CAPÍTULO II**  
**DO REQUERIMENTO DE REGISTRO**

**SEÇÃO I**

**DO PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS OU NO EXTERIOR,**  
**BRASILEIRO OU ESTRANGEIRO PORTADOR DE VISTO**  
**PERMANENTE**

**Art. 4º** O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no País ou **no exterior**, brasileiro ou **estrangeiro portador de visto permanente**, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento de registro deve ser instruído com:

**I - os documentos a seguir enumerados:**

- a) original do diploma ou do certificado, registrado pelo órgão competente do Sistema de Ensino ou revalidado por instituição brasileira de ensino, conforme o caso;
- b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;
- c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino, quando diplomado no exterior;
- d) conteúdo programático das disciplinas cursadas, quando diplomado no exterior;
- e) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;
- f) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- g) título de eleitor, quando brasileiro;
- h) prova de quitação com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro; e
- i) prova de quitação com o Serviço Militar, quando brasileiro;

**II – comprovante de residência; e**

**III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores;**

§ 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em fotocópia autenticada ou em original e fotocópia.

§ 3º Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registro, após certificada a autenticidade das cópias.

§ 4º **Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.**

## RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003

em vigor a partir de 1º de março de 2004

§ 5º O profissional que desejar incluir na Carteira de Identidade Profissional as informações referentes ao tipo sanguíneo e ao fator RH deve instruir o requerimento de registro **com exame laboratorial específico**.

**Art. 5º** O estrangeiro portador de visto permanente, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.

**Art. 6º** O diplomado no País, cujo **diploma** esteja **em processamento** no órgão competente do Sistema de Ensino, deve instruir o requerimento de registro com documentos oficiais expedidos pela instituição de ensino onde se graduou, **certificando a conclusão do curso e que o diploma encontra-se em processamento**.

**Art. 7º** O profissional, cujo registro esteja condicionado à comprovação do exercício da profissão, deve instruir o requerimento de registro com os documentos necessários ao atendimento das exigências estabelecidas na lei de regulamentação profissional específica.